



P.M. Brodowski
Concurso Público 02/2012

INSTITUIÇÃO
SOLER
DE ENSINO

CARGO:
PROF. I - EDUCAÇÃO ESPECIAL - DEFICIÊNCIA
INTELECTUAL E DEFICIÊNCIAS MÚLTIPLAS

INSCRIÇÃO Nº: _____

ASSINATURA DO CANDIDATO:

Língua Portuguesa

Para responder o que se pede leia o texto abaixo.

“Bento

Capitolina”

Voltei-me para ela; Capitu tinha os olhos no chão. Ergueu-os logo, devagar, e ficamos a olhar um para o outro... Confissão de crianças, tu valias bem duas ou três páginas, mas quero ser poupado. Em verdade não falamos nada; o muro falou por nós. Não nos movemos, as mãos é que se estenderam pouco a pouco, todas quatro, pegando-se, apertando-se, fundindo-se. Não marquei a hora exata daquele gesto. Devia tê-la marcado; sinto a falta de uma nota escrita naquela mesma noite, e que eu poria aqui com os erros de ortografia que trouxesse, mas não traria nenhum, tal era a diferença entre o estudante e o adolescente. Conhecia as regras do escrever, sem suspeitar as do amar; tinha orgias de latim e era virgem de mulheres. Não soltamos as mãos, nem elas se deixaram cair de cansadas ou de esquecidas. Os olhos fitavam-se e desfitavam-se, e depois de vagarem ao perto, tornavam a meter-se uns nos outros... Padre futuro, estava assim diante dela como de um altar, sendo uma das faces a Epístola e a outra o Evangelho. A boca podia ser o cálice, os lábios a patena. Faltava dizer a missa nova, por um latim que ninguém aprende, e é a língua católica dos homens. Não me tenhas por sacrílego, leitora minha devota; a limpeza da intenção lava o que puder haver menos curial no estilo. Estávamos ali com o céu em nós. As mãos, só criatura seráfica. Os olhos continuaram a dizer coisas infinitas, as palavras de boca é que nem tentavam sair, tornavam ao coração caladas como vinham...

(*Dom Casmurro – Machado de Assis; p. 85*)

01. As personagens do texto encontram-se:

- a) Diante do padre.
- b) Na igreja.
- c) Diante de um muro.
- d) Na escola.

02. A revelação dos sentimentos das personagens é feita:

- a) Por uma briga entre os dois.
- b) Pela confissão diante do padre.
- c) Pelas mãos dadas de um e outro.
- d) Pelos nomes de ambos escritos no muro.

03. Quanto ao foco narrativo do texto, é lícito afirmar que:

- a) É de 1ª pessoa do discurso.
- b) É de 3ª pessoa do discurso.
- c) O narrador narra aventuras da infância e adolescência ocorridas com a maioria dos namorados.
- d) A narração alude a fatos ocorridos tanto no presente quanto no passado das personagens.

04. Em “Os olhos fitavam-se e desfitavam-se”, a posição do pronome oblíquo átono é:

- a) Próclise.
- b) Ênclise.
- c) Mesóclise.
- d) Não está expressa no exemplo.

05. Encontramos verbos no tempo composto apenas em uma das alternativas abaixo. Assinale-a.

- a) Não partam vocês antes de fazerem as pazes.
- b) Quando as coisas entre todos ficarem acertadas, eu já terei partido.
- c) Estejamos todos nós certos das decisões tomadas.
- d) O velho e a menina se mataram de tanto rir.

06. A pontuação está correta em todas as alternativas, exceto em:

- a) O teatro, o cinema e a praia são suas únicas obrigações.
- b) Eu me referia a Clara, não a você.
- c) Ele se dirigiu ao chefe e fez a solicitação da férias, embora temesse uma negativa.
- d) Ela, e minha vizinha, são muito simpáticas.

07. A crase está corretamente empregada apenas em uma das alternativas. Assinale-a.

- a) Permaneci à esquerda, embora tenha sido solicitada minha presença à direita do fêretro.
- b) Ficamos ambos à ver navios.
- c) Ele se referiu à ambos, no discurso.
- d) Dediquei-me demais à ela.

08. O discurso direto embora não antecedido por travessão ou aspas, está expresso apenas em uma alternativa. Assinale-a:

- a) Não disse a ninguém o que se passava consigo.
- b) Nada poderá separar-me de ti, agora que te encontrei.
- c) O homem passou a enunciar fatos a torto e a direito e para quem quisesse ouvir.
- d) A elaboração das questões deverá estar de acordo com o conteúdo programático.

09. A concordância encontra-se correta em todas as alternativas, exceto em:

- a) Eles haviam chegado lá.
- b) Faz muitos meses que não o vejo.
- c) Já fazem dias que deu-se o ocorrido.
- d) Sua excelência, o Governador, foi muito solícito.

10. Ao ser transposto para a forma indireta, o discurso direto a seguir “Deve bastar-me, disse ela; eu não me atrevo a pedir mais.”, ficará assim:

- a) Ela disse-me que eu deveria dar um basta, e que não me atrevesse a pedir mais.
- b) Ela disse que já basta e que não pediria mais.
- c) Ela disse que devia bastar e que ela não se atrevia a pedir mais.
- d) Ela disse que bastasse e que não se atreveria a que pedisse mais.

11. Ao ser escrito na terceira pessoa do discurso, o trecho a seguir estará correto em: “Estudei os capítulos primeiro e segundo do novo livro de Matemática.”

- a) Estudou primeiro e segundo capítulo do livro de Matemática.
- b) Ele estudou primeiro os capítulos segundos do livro de Matemática.
- c) Estudou o primeiro capítulo e segundos livros de Matemática.
- d) Estudou os capítulos primeiro e segundo do novo livro de Matemática.

12. Quanto à regência verbal, é lícito afirmar estar correta apenas a alternativa:

- a) Aspiramos ao ar puro das montanhas.
- b) Ao que aspiro é bem mais que o ar poluído e o cheiro dos escapamentos dos carros.
- c) O meu time aspira ao troféu de campeão do primeiro turno do campeonato nacional.
- d) Era aspirante na vaga de secretário da Ordem.

13. A frase que apresenta o mesmo sentido de “Não faltaram mantimentos na despensa de sua casa.”, é a da alternativa:

- a) Não houvera mantimentos na despensa de sua casa.
- b) Não houve falta de mantimentos na despensa de sua casa.
- c) Houve falta de mantimentos na despensa de sua casa.
- d) Havia de faltar mantimentos na despensa de sua casa.

14. São coordenadas assindéticas as orações de:

- a) “Levanta, sacode a poeira, dá a volta por cima.”.
- b) Acordei cedo e tomei o café em pé mesmo.

- c) Ele trabalha durante o dia e também à noite.
- d) Veio imediatamente, e sua presença foi indispensável.

15. Estão corretamente grafadas todas as palavras de apenas uma alternativa. Assinale-a:

- a) Pseudônimo, interstício, azáfama, xuxu.
- b) Salmonela, resquício, monjolo, fratricídio.
- c) Fotossintético, fragrante, dissonância, cacto.
- d) Factível, enxovalhar, cacófono, incurcionar.

16. A palavra cujas sílabas encontram-se corretamente separadas é:

- a) Am-né-sia.
- b) An-en-cé-fa-lo.
- c) An-glo-ma-nia.
- d) Ast-ig-ma-tis-mo.

Conhecimentos Específicos

17. De acordo com a DECLARAÇÃO DE SALAMANCA - Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais:

[...] Nós, os delegados da Conferência Mundial de Educação Especial, representando 88 governos e 25 organizações internacionais em assembleia aqui em Salamanca, Espanha, entre 7 e 10 de junho de 1994, reafirmamos o nosso compromisso para com a Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e urgência do providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino e re-endossamos a Estrutura de Ação em Educação Especial, em que, pelo espírito de cujas provisões e recomendações governo e organizações sejam guiados.

Acreditamos e Proclamamos que:

I - toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem.

II - toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas.

III - sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades.

IV - aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades.

V - escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional.

Assinale:

- a) Se apenas I, II e IV estiverem corretas.
- b) Se apenas I, III, IV e V estiverem corretas.
- c) Se apenas III, IV e V estiverem corretas.
- d) Se todas estiverem corretas.

18. Não está de acordo com a DECLARAÇÃO DE SALAMANCA - Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais:

[...] Nós congregamos todos os governos e demandamos que eles:

- a) Atribuem a mais alta prioridade política e financeira ao aprimoramento de seus sistemas educacionais no sentido de se tornarem aptos a incluir todas as crianças, independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais.

- b) Adotem o princípio de educação inclusiva em forma de lei ou de política, matriculando todas as crianças em escolas regulares, a menos que existam fortes razões para agir de outra forma.
- c) Desenvolvam projetos de demonstração e encorajem intercâmbios em países que possuam experiências de escolarização inclusiva.
- d) Estabeleçam mecanismos participatórios e centralizados para planejamento, revisão e avaliação de provisão educacional para crianças e adultos com necessidades educacionais especiais.

19. De acordo com a DECLARAÇÃO DE SALAMANCA - Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais:

[...] Nós também congregamos a comunidade internacional; em particular, nós congregamos: - governos com programas de cooperação internacional, agências financiadoras internacionais, especialmente as responsáveis pela Conferência Mundial em Educação para Todos, UNESCO, UNICEF, UNDP e o Banco Mundial:

I - A endossar a perspectiva de escolarização inclusiva e apoiar o desenvolvimento da educação especial como parte integrante de todos os programas educacionais;

II - As Nações Unidas e suas agências especializadas, em particular a ILO, WHO, UNESCO e UNICEF;

III - A reforçar seus estímulos de cooperação técnica, bem como reforçar suas cooperações e redes de trabalho para um apoio mais eficaz à já expandida e integrada provisão em educação especial;

IV - Organizações não-governamentais envolvidas na programação e entrega de serviço nos países;

V - A reforçar sua colaboração com as entidades oficiais nacionais e intensificar o envolvimento crescente delas no planejamento, implementação e avaliação de provisão em educação especial que seja inclusiva.

Assinale:

- a) Se apenas I, II e IV estiverem corretas.
- b) Se apenas I, III, IV e V estiverem corretas.
- c) Se apenas III, IV e V estiverem corretas.
- d) Se todas estiverem corretas.

20. Não está de acordo com a declaração de salamanca - sobre estrutura de ação em educação especial:

a) Esta Estrutura de Ação em Educação Especial foi adotada pela conferência Mundial em Educação Especial organizada pelo governo da Espanha em cooperação com a UNESCO, realizada em Salamanca entre 7 e 10 de junho de 1994. Seu objetivo é informar sobre políticas e guias ações governamentais, de organizações internacionais ou agências nacionais de auxílio, organizações não governamentais e outras instituições na implementação da Declaração de Salamanca sobre princípios, Política e prática em Educação Especial.

b) O direito de cada criança a educação é proclamado na Declaração Universal de Direitos Humanos e foi fortemente reconfirmado pela Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Qualquer pessoa portadora de deficiência tem o direito de expressar seus desejos com relação à sua educação, tanto quanto estes possam ser realizados. Pais possuem o direito inerente de serem consultados sobre a forma de educação mais apropriadas às necessidades, circunstâncias e aspirações de suas crianças.

c) O princípio que orienta esta Estrutura é o de que escolas não deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras.

d) Educação Especial incorpora os mais do que comprovados princípios de uma forte pedagogia da qual todas as crianças possam se beneficiar. Ela assume que as diferenças humanas são normais e que, em consonância com a aprendizagem de ser adaptada às necessidades da criança, ao invés de se adaptar a criança às assunções

concebidas a respeito do ritmo e da natureza do processo de aprendizagem. Uma pedagogia centrada na criança é benéfica a todos os estudantes e, conseqüentemente, à sociedade como um todo.

21. Não está de acordo com a DECLARAÇÃO DE SALAMANCA – Sobre Orientações para ações em níveis regionais e internacionais:

- a) A tendência em política social durante as duas últimas décadas tem sido a de promover integração e participação e de combater a exclusão. Inclusão e participação são essenciais à dignidade humana e ao desfrute e exercício dos direitos humanos.
- b) Princípio fundamental da escola inclusiva é o de que quase todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter.
- c) Dentro das escolas inclusivas, crianças com necessidades educacionais especiais deveriam receber qualquer suporte extra requerido para assegurar uma educação efetiva. Educação inclusiva é o modo mais eficaz para construção de solidariedade entre crianças com necessidades educacionais especiais e seus colegas.
- d) A situação com respeito à educação especial varia enormemente de um país a outro. Existem por exemplo, países que possuem sistemas de escolas especiais fortemente estabelecidos para aqueles que possuam impedimentos específicos. Tais escolas especiais podem representar um valioso recurso para o desenvolvimento de escolas inclusivas.

22. Não está de acordo com a DECLARAÇÃO DE SALAMANCA – sobre linhas de ação em nível nacional a política e organização:

- a) Educação integrada e reabilitação comunitária representam abordagens complementares àqueles com necessidades especiais. Ambas se baseiam nos princípios de inclusão, integração e participação e representam abordagens bem testadas e financeiramente efetivas para promoção de igualdade de acesso para aqueles com necessidades educacionais especiais como parte de uma estratégia nacional que objetive o alcance de educação para todos. Países são convidados a considerar as seguintes ações concernentes a política e organização de seus sistemas educacionais.
- b) Legislação deveria reconhecer o princípio de igualdade de oportunidade para crianças, jovens e adultos com deficiências na educação primária, secundária e terciária, sempre que possível em ambientes integrados.
- c) Medidas Legislativas paralelas e complementares não deveriam ser adotadas nos campos da saúde, bem-estar social, treinamento vocacional e trabalho no sentido de promover apoio e gerar total eficácia à legislação educacional.
- d) Políticas educacionais em todos os níveis, do nacional ao local, deveriam estipular que a criança portadora de deficiência deveria frequentar a escola de sua vizinhança: ou seja, a escola que seria frequentada caso a criança não portasse nenhuma deficiência. Exceções à esta regra deveriam ser consideradas individualmente, caso-por-caso, em casos em que a educação em instituição especial seja requerida.

23. Não está de acordo com a DECLARAÇÃO DE SALAMANCA – Sobre fatores relativos à escola:

- a) O desenvolvimento de escolas inclusivas que ofereçam serviços a uma grande variedade de alunos em ambas as áreas rurais e urbanas requer a articulação de uma política clara e forte de inclusão junto com provisão financeira adequada – um esforço eficaz de informação pública para combater o preconceito e criar atitudes informadas e positivas - um programa extensivo de orientação e treinamento profissional - e a provisão de serviços de apoio necessários.

b) Muitas das mudanças requeridas não se relacionam exclusivamente à inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais. Elas fazem parte de uma reforma mais ampla da educação, necessária para o aprimoramento da qualidade e relevância da educação, e para a promoção de níveis de rendimento escolar superiores por parte de todos os estudantes. A Declaração Mundial sobre Educação para Todos enfatizou a necessidade de uma abordagem centrada na criança objetivando a garantia de uma escolarização bem-sucedida para todas as crianças.

- c) O currículo deveria ser adaptado às necessidades das crianças, e não vice-versa. Escolas deveriam, portanto, prover oportunidades curriculares que sejam apropriadas a criança com habilidades e interesses diferentes.
- d) Crianças com necessidades especiais deveriam receber um currículo diferente.

24. Não está de acordo com a DECLARAÇÃO DE SALAMANCA – Sobre recrutamento e treinamento de educadores:

- a) Preparação apropriada de todos os educadores constitui-se um fator chave na promoção de progresso no sentido do estabelecimento de escolas inclusivas. As seguintes ações poderiam ser tomadas. Além disso, a importância do recrutamento de professores que possam servir como modelo para crianças portadoras de deficiências torna-se cada vez mais reconhecida.
- b) Treinamento pré-profissional deveria fornecer a todos os estudantes de pedagogia de ensino primário ou secundário, orientação positiva frente à deficiência, desta forma desenvolvendo um entendimento daquilo que pode ser alcançado nas escolas através dos serviços de apoio disponíveis na localidade.
- c) Um problema recorrente em sistemas educacionais, mesmo naqueles que provêem excelentes serviços para estudantes portadores de deficiências refere-se a falta de modelos para tais estudantes. Alunos de educação especial requerem oportunidades de interagir com adultos portadores de deficiências que tenham obtido sucesso de forma que eles possam ter um padrão para seus próprios estilos de vida e aspirações com base em expectativas realistas.
- d) As habilidades requeridas para responder as necessidades educacionais especiais deveriam ser levadas em consideração durante a avaliação dos estudos e da graduação de professores que, obrigatoriamente deveria ser mestrado ou doutorado na área.

25. Não está de acordo com a DECLARAÇÃO DE SALAMANCA – Sobre Parceria com os pais:

- a) A educação de crianças com necessidades educacionais especiais é uma tarefa a ser dividida entre pais e profissionais. Vale lembrar que tal educação requer maior responsabilidade da escola, que tem maior preparo para lidar com essas crianças.
- b) Pais constituem parceiros privilegiados no que concerne as necessidades especiais de suas crianças, e desta maneira eles deveriam, o máximo possível, ter a chance de poder escolher o tipo de provisão educacional que eles desejam para suas crianças.
- c) Uma parceria cooperativa e de apoio entre administradores escolares, professores e pais deveria ser desenvolvida e pais deveriam ser considerados enquanto parceiros ativos nos processos de tomada de decisão.
- d) Governos deveriam tomar a liderança na promoção de parceria com os pais, através tanto de declarações políticas quanto legais no que concerne aos direitos paternos. O desenvolvimento de associações de pais deveria ser promovida e seus representantes envolvidos no delineamento e implementação de programas que visem o aprimoramento da educação de seus filhos. Organizações de pessoas portadoras de deficiências também deveriam ser consultadas no que diz respeito ao delineamento e implementação de programas.

26. Não está de acordo com a DECLARAÇÃO DE SALAMANCA – Sobre Desenvolvimento da Comunidade:

- a) A centralização e o planejamento local favorecem um maior envolvimento de comunidades na educação e treinamento de pessoas com necessidades educacionais especiais.
- b) Sempre que ação de reabilitação comunitária seja provida por iniciativa externa, cabe à comunidade decidir se o programa se tornará parte das atividades de desenvolvimento da comunidade.
- c) Aos vários parceiros na comunidade, incluindo organizações de pessoas portadoras de deficiência e outras organizações não-governamentais deveria ser dada a devida autonomia para se tornarem responsáveis pelo programa. Sempre que apropriado, agências governamentais em níveis nacional e local também deveriam prestar apoio.
- d) Uma vez que organizações voluntárias e não-governamentais possuem maior liberdade para agir e podem responder mais prontamente às necessidades expressas, elas deveriam ser apoiadas no desenvolvimento de novas ideias e no trabalho pioneiro de inovação de métodos de entrega de serviços. Tais organizações podem desempenhar o papel fundamental de inovadores e catalizadores e expandir a variedade de programas disponíveis à comunidade.

27. De acordo com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 em seu Art. 9º. A União incumbir-se-á de:

- I - Avaliar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e, prioritariamente, os Municípios;
- II - Supervisionar os órgãos e instituições oficiais do sistema federal de ensino e o dos estados que apresentam menor PIB;
- III - Prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória, exercendo sua função redistributiva e supletiva;
- IV - Estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação técnica preparando para o mundo do trabalho;
- V - Coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação.

Assinale:

- a) Se apenas I, II e IV estiverem incorretas.
- b) Se apenas I, III, IV e V estiverem incorretas.
- c) Se apenas III, IV e V estiverem incorretas.
- d) Se todas estiverem incorretas.

28. De acordo com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 em seu Art. 10. Os Estados incumbir-se-ão de:

- I – Ignorar os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino mas elaborar seus planos e diretrizes educacionais;
- II – Obrigar os Municípios a pesquisar formas de colaboração na oferta do ensino Fundamental de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada uma dessas esferas do Poder Público;
- III - Elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos seus Municípios;
- IV - Autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino;
- V - Baixar normas complementares para o seu sistema de ensino técnico e superior.

Assinale:

- a) Se apenas I, II e IV estiverem incorretas.
- b) Se apenas I, II e V estiverem incorretas.
- c) Se apenas III, IV e V estiverem incorretas.
- d) Se todas estiverem incorretas.

29. De acordo com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 em seu Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de:

- I - Organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, ignorando, quando necessário, políticas e planos educacionais da União e dos Estados;
- II - Exercer ação normativa em relação às suas escolas;
- III - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;
- IV - Autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino;
- V - Oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Assinale:

- a) Se apenas I, II e IV estiverem corretas.
- b) Se apenas I, III, IV e V estiverem corretas.
- c) Se apenas III, IV e V estiverem corretas.
- d) Se todas estiverem corretas.

30. De acordo com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 em seu Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

- I - Elaborar e executar sua proposta pedagógica de acordo com as diretrizes da Secretaria Municipal de Educação;
- II - Punir seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;
- III - Assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas, sempre que possível, pois imprevistos acontecem;
- IV - Velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;
- V - Prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento.

Assinale:

- a) Se apenas I, II e III estiverem incorretas.
- b) Se apenas I, III, IV e V estiverem incorretas.
- c) Se apenas III, IV e V estiverem incorretas.
- d) Se todas estiverem incorretas.

31. De acordo com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 em seu Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

- I - Participar, em seu período de férias, da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- II - Elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino, se for adequado à sua realidade;
- III - Zelar pela aprendizagem dos alunos;
- IV - Estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- V - Ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

Assinale:

- a) Se apenas I, II e IV estiverem corretas.
- b) Se apenas I, III, IV e V estiverem corretas.
- c) Se apenas III, IV e V estiverem corretas.
- d) Se todas estiverem corretas.

32. De acordo com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 em seu Art. 17. Os sistemas de ensino dos Estados e do Distrito Federal compreendem:

- I - As instituições de ensino mantidas pelo poder público municipal;
- II - As instituições de educação superior mantidas pelas ONGs (Organizações não Governamentais);
- III - As instituições de ensino fundamental e médio criadas e mantidas pela iniciativa privada;

IV - Os órgãos de educação estaduais e do Distrito Federal, respectivamente.

Assinale:

- a) Se apenas I e II estiverem incorretas.
- b) Se apenas I e III estiverem incorretas.
- c) Se apenas III e IV estiverem incorretas.
- d) Se todas estiverem incorretas.

33. Não está de acordo com a LEI Nº 10.172, DE 9 DE JANEIRO DE 2001:

As tendências recentes dos sistemas de ensino são as seguintes:

- a) Integração/inclusão do aluno com necessidades especiais no sistema regular de ensino e, se isto não for possível em função das necessidades do educando, realizar o atendimento em classes e escolas especializadas.
- b) Ampliação do regulamento das escolas especiais para prestarem apoio e orientação aos programas de integração, além do atendimento específico.
- c) Melhoria da qualificação dos professores do ensino fundamental para essa clientela, em especial, na Educação Infantil.
- d) Expansão da oferta dos cursos de formação/especialização pelas universidades e escolas normais.

34. Não está de acordo com a LEI Nº 10.172, DE 9 DE JANEIRO DE 2001:

- a) A educação especial se destina às pessoas com necessidades especiais no campo da aprendizagem, originadas quer de deficiência física, sensorial, mental ou múltipla, quer de características como altas habilidades, superdotação ou talentos.
- b) Uma política explícita e vigorosa de acesso à educação, de responsabilidade da União, dos Estados e Distrito Federal e dos Municípios, é uma condição para que às pessoas especiais sejam assegurados seus direitos à educação.
- c) A educação especial, como modalidade de educação escolar, terá que ser promovida sistematicamente No Ensino Fundamental.
- d) A União tem um papel essencial e insubstituível no planejamento e direcionamento da expansão do atendimento, uma vez que as desigualdades regionais na oferta educacional atestam uma enorme disparidade nas possibilidades de acesso à escola por parte dessa população especial.

35. Não está de acordo com a LEI Nº 10.172, DE 9 DE JANEIRO DE 2001:

- a) É medida racional que se evite a duplicação de recursos através da articulação daqueles setores desde a fase de diagnóstico de déficits sensoriais até as terapias específicas. Para a população de baixa renda, há ainda necessidade de ampliar, com a colaboração dos Ministérios da Saúde e da Previdência, órgãos oficiais e entidades não-governamentais de assistência social, os atuais programas para oferecimento de órteses e próteses de diferentes tipos.
- b) A formação de recursos humanos com capacidade de oferecer o atendimento aos educandos especiais nas creches, pré-escolas, centros de educação infantil, escolas regulares de ensino fundamental, médio e superior, bem como em instituições especializadas e outras instituições é uma prioridade para o Plano Nacional de Educação.
- c) Não há como ter uma escola regular eficaz quanto ao desenvolvimento e aprendizagem dos educandos especiais sem que seus professores, demais técnicos, pessoal administrativo e auxiliar sejam preparados para atendê-los adequadamente.
- d) As classes especiais, situadas nas APAEs (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), destinadas aos alunos parcialmente integrados, precisam contar com professores especializados e material pedagógico adequado.

36. Não está de acordo com a LEI Nº 10.172, DE 9 DE JANEIRO DE 2001:

São Objetivos e Metas:

- a) Organizar, em todos os Municípios e em parceria com as áreas de saúde e assistência, programas destinados a ampliar a oferta da estimulação precoce (interação educativa adequada) para as crianças com necessidades educacionais especiais, em instituições especializadas ou regulares de educação infantil, especialmente creches.
- b) Generalizar, em dez anos, como parte dos programas de formação em serviço, a oferta de cursos sobre o atendimento básico a educandos especiais, para os professores em exercício na educação infantil e no ensino fundamental, utilizando inclusive a TV Escola e outros programas de educação a distância.
- c) Garantir a generalização, em cinco anos, da aplicação de testes de acuidade visual e auditiva em todas as instituições de educação infantil e do ensino fundamental, em parceria com a área de saúde, de forma a detectar problemas e oferecer apoio adequado às crianças especiais.
- d) Nos primeiros cinco anos de vigência deste plano, redimensionar conforme as necessidades da clientela, incrementando, se necessário, as classes especiais, salas de recursos e outras alternativas pedagógicas recomendadas, de forma a favorecer e apoiar a integração dos educandos com necessidades especiais em classes comuns, fornecendo-lhes o apoio adicional de que precisam.

37. O movimento nacional para incluir todas as crianças na escola e o ideal de uma escola para todos vêm dando novo rumo às expectativas educacionais para os alunos com necessidades especiais (Fonte: Adaptações Curriculares Estratégicas para a Educação De Alunos Com Necessidades Especiais). Desse modo, todas as afirmativas abaixo estão corretas, exceto:

- a) Esses movimentos evidenciam grande impulso desde a década de 90 no que se refere à colocação de alunos com deficiência na rede regular de ensino e têm avançado aceleradamente em alguns países desenvolvidos, constatando-se que a inclusão bem-sucedida desses educandos requer um sistema educacional diferente do atualmente disponível.
- b) Esses movimentos Implicam a inserção de todos, sem distinção de condições lingüísticas, sensoriais, cognitivas, físicas, emocionais, étnicas, socioeconômicas ou outras e requer sistemas educacionais planejados e organizados que dêem conta da diversidade dos alunos e ofereçam respostas adequadas às suas características e necessidades.
- c) A inclusão escolar constitui, portanto, uma proposta politicamente correta que representa valores simbólicos importantes, condizentes com a igualdade de direitos e de oportunidades educacionais para todos, em um ambiente educacional favorável.
- d) A inclusão escolar impõe-se como uma perspectiva a ser pesquisada e experimentada na realidade brasileira, reconhecidamente ampla e diversificada, mas é muito difícil sua implementação, visto o preconceito demonstrado pelos profissionais e comunidade em geral.

38. Não está de acordo com as Adaptações Curriculares Estratégicas para a Educação de Alunos com Necessidades Especiais:

- a) A concepção de currículo inclui, desde os aspectos básicos que envolvem os fundamentos filosóficos e sociopolíticos da educação até os marcos teóricos e referenciais técnicos e tecnológicos que a concretizam na sala de aula.
- b) As noções de projeto pedagógico da escola e de concepção curricular estão intimamente ligadas à educação para todos que se almeja conquistar.
- c) O projeto pedagógico tem um caráter político e cultural e reflete os interesses, as aspirações, as dúvidas e as expectativas da comunidade escolar.

d) A escola para todos requer uma dinamicidade curricular que permita ajustar o fazer pedagógico às necessidades desses alunos, pois os mesmos não têm capacidade para aprender.

39. Não está de acordo com as Adaptações Curriculares Estratégias para a Educação de Alunos com Necessidades Especiais:

- a) As manifestações de dificuldades de aprendizagem na escola apresentam-se como um contínuo, desde situações leves e transitórias que podem se resolver espontaneamente no curso do trabalho pedagógico até situações mais graves e persistentes que requerem o uso de recursos especiais para a sua solução.
- b) As adaptações curriculares constituem possibilidades educacionais de atuar frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos.
- c) É necessário que se realize a adaptação do currículo regular, quando necessário, para torná-lo apropriado às peculiaridades dos alunos com necessidades especiais. Não um novo currículo, mas um currículo dinâmico, alterável, passível de ampliação, para que atenda realmente a todos os educandos.
- d) O currículo é um instrumento rígido, uma ferramenta que não pode ser alterada.

40. De acordo com a lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 em seu Art. 50. A autoridade judiciária manterá, em cada comarca ou foro regional, um registro de crianças e adolescentes em condições de serem adotados e outro de pessoas interessadas na adoção.

I - O deferimento da inscrição dar-se-á após prévia consulta aos órgãos técnicos do juizado, ouvido o Ministério Público.

II - Não será deferida a inscrição se o interessado não satisfazer os requisitos legais, ou verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 29.

III - A inscrição de postulantes à adoção será precedida de um período de preparação psicossocial e jurídica, orientado pela equipe técnica da Justiça da Infância e da Juventude, preferencialmente com apoio dos técnicos responsáveis pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar.

IV - Sempre que possível e recomendável, a preparação referida no § 3º deste artigo incluirá o contato com crianças e adolescentes em acolhimento familiar ou institucional em condições de serem adotados, a ser realizado sob a orientação, supervisão e avaliação da equipe técnica da Justiça da Infância e da Juventude, com apoio dos técnicos responsáveis pelo programa de acolhimento e pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar.

V - Serão criados e implementados cadastros estaduais e nacional de crianças e adolescentes em condições de serem adotados e de pessoas ou casais habilitados à adoção.

Assinale:

- a) Se apenas I, II e IV estiverem corretas.
- b) Se apenas I, III, IV e V estiverem corretas.
- c) Se apenas III, IV e V estiverem corretas.
- d) Se todas estiverem corretas.